Domingo, 01 de Novembro de 2026

Alta do IOF: Setor privado diz que medida vai na contramão do crescimento

Entidades apontam para encarecimento do crédito e distorções como obstáculos

Moedas de reais • 15/10/2010 - REUTERS/Bruno Domingos

A elevação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) mobilizou os setores da economia contra a postura do governo federal.

Do varejo à indústria, aponta-se um movimento que encarece o crédito e, consequentemente, caminha na direção oposta do desenvolvimento da atividade econômica.

"Tais medidas terão como consequência o aumento dos custos das empresas, inclusive as do setor industrial, já penalizadas pela distribuição tributária desigual e pela dificuldade de acesso ao crédito – sobretudo em um ambiente marcado por taxa básica extremamente contracionista e spreads bancários excessivamente elevados. O efeito será muito negativo sobre a atividade econômica e vai inibir investimentos", aponta a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

A entidade argumenta que a alta do IOF vai na contramão de medidas adotadas pelo próprio governo, como o programa Nova Indústria Brasil (NIB), voltado para o fomento da atividade e produção do setor.

Rafael Cervone, presidente do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) e primeiro vice da Fiesp, vê a medida como mais um fator que se soma ao chamado "custo Brasil".

“Acabamos de ser surpreendidos com mais do mesmo nessa prática, com o recente aumento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para a indústria e da alíquota do IOF sobre operações de crédito para empresas, de 0,38% para 0,95%, que está sendo discutido com o governo pelo setor privado e o Congresso Nacional", elenca Cervone.

"As duas medidas somam-se a todos os problemas geradores do ‘Custo Brasil’, que tem limitado há tempos o crescimento do PIB e sufocado a indústria, uma atividade que demanda investimentos constantes em tecnologia, equipamentos e capacitação profissional para ser competitivo", ressalta.

O IOF mais elevado é um fator que também se soma ao crédito já pressionado no país por conta da taxa Selic - definida pelo Banco Central (BC) para medir os juros básicos do país - elevada, hoje em 14,75% ao ano.

"A medida, tomada em um contexto em que o Brasil ainda convive com uma das taxas de juros reais mais altas do mundo, agrava ainda mais o custo do crédito para as empresas, impactando diretamente a atividade produtiva e o investimento", diz a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

"A elevação das alíquotas do IOF sobre operações de empréstimo, adiantamento a depositante, financiamentos e excessos de limite — que dobraram para pessoas jurídicas — representa um encarecimento imediato do capital de giro, crucial para a manutenção da operação industrial e comercial em todo o país", pontua.

Para além da indústria, o varejo também se vê em terreno incerto com a alta do IOF. A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia (Fecomércio-BA) coloca em perspectiva não só o risco ligado ao encarecimento do crédito, mas também as distorções que podem ser geradas com a elevação do imposto para algumas operações cambiais.

"O aumento da carga tributária sobre operações de crédito — que representa uma elevação superior a 110% ao ano no IOF para empréstimos empresariais — encarece diretamente o financiamento produtivo. Soma-se a isso o agravamento das distorções no mercado, como a taxação sobre operações de câmbio, que encarece a importação de insumos e bens de capital, fundamentais para investimentos e modernização do parque produtivo nacional", indaga.

Um grupo de confederações lançou um manifesto, na segunda-feira (26), pedindo que o Congresso derrube o decreto do IOF.

O documento diz que “o setor privado brasileiro recebe com preocupação as medidas anunciadas pelo Governo Federal de aumento de alíquotas do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras)”.

“A decisão gera imprevisibilidade e aumenta os custos para produzir no país. Com as medidas, os custos das empresas e dos negócios com operações de crédito, câmbio e seguros serão elevados em R$ 19,5 bilhões apenas no que resta do ano de 2025. Para 2026 o aumento de custo chega a R$ 39 bilhões”, afirma.

Assinam o documento a Confederação Nacional do Comércio (CNC), da Indústria (CNI), da Agricultura (CNA), das Seguradoras (CNseg), das Instituições Financeiras (CNF), a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e a Abrasca (Associação Brasileira das Companhias Abertas).

Em entrevista ao **CNN Money**, Felipe Tavares, economista-chefe da CNC, indicou que a alta do IOF é mais uma dificuldade imposta não só ao varejo, mas para a economia brasileira como um todo.

"Na parte regulatória, isso [o IOF] significa um imposto para você incentivar ou desincentivar comportamentos do mercado, atividades. Então, uma vez que o governo aumenta o IOF, você vai desincentivar operações de crédito, todo o fluxo de capital, operações cambiais e isso tende a ter um efeito muito perverso sobre a estrutura de custo das empresas", explicou Tavares.

"Isso reflete em dificuldades na atividade econômica [...], além de gerar uma sinalização muito ruim em termos de segurança jurídica e de vitrine para o Brasil, sendo um país ainda mais hostil para negócios", pontuou.

Mas, em evento, o presidente da CNSeg, Dyogo Oliveira, se disse otimista de que a reversão da medida será alcançada ao avaliar seu impacto.

"O setor [de seguros] financia 25% da dívida pública deste mesmo governo que quer impor um IOF tão absurdo que inviabiliza qualquer pessoa a colocar mais de R$ 50 mil em um VGBL. É 5% sobre a poupança da pessoa, não sobre o rendimento das pessoas", argumentou.

Fonte: CNN BRASIL